



## XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

### DESAFIOS NA GESTÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE (UNESC)<sup>1</sup>

CARINA NUNES<sup>2</sup>

CARLA SPILLEREBUSARELLO<sup>3</sup>

MELISSA WATANABE<sup>4</sup>

KELLY GIANEZINI<sup>5</sup>

**Resumo:** Uma Instituição de Ensino Superior (IES) para ser considerada universidade comunitária deve prever de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão, em seu campo de atuação. Impulsionadas pela promoção de resultados sociais efetivos em constância com a missão a que se propõem, essas IES buscam aliar os saberes acadêmicos aos saberes populares, gerando benefícios mútuos para a população e para a comunidade acadêmica por meio da extensão universitária. O objetivo do trabalho é apresentar como ocorre a gestão das atividades de extensão na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), uma Universidade Comunitária, localizada em Criciúma no Estado de Santa Catarina (SC), Brasil. Para tanto foi realizado uma pesquisa de campo, tendo por instrumento de coleta de dados um roteiro semiestruturado para mediar o processo de entrevista em profundidade. A análise dos dados se deu em uma abordagem qualitativa e exploratória. Observou-se que a UNESC apresenta suas atividades de extensão consolidadas e com um processo de amadurecimento e aprendizagem contínuo. Vale ressaltar que os níveis estratégico, tático e operacional da gestão universitária da UNESC, trabalham em consonância com as suas funções e com o seu planejamento.

**Palavras-Chaves:** Gestão universitária; Extensão Universitária; Universidade Comunitária.

### CHALLENGES IN MANAGEMENT OF EXTENSION ACTIVITIES AT UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC

**Abstract:** A Higher Education Institution (HEI) to be a Community University should provide inseparably teaching, research and extension in their field. Driven by the promotion of effective social results in consistency with the mission to which they propose, these HEI seek to combine academic knowledge to popular knowledge, generating mutual benefits for the population and for the academic community through the university extension. The objective of this paper is to present as is the management of extension activities in the Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), a Community University, located in

<sup>1</sup> A realização deste estudo só foi possível mediante a contribuição das seguintes instituições as quais agradecemos: à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDS), da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC); ao Núcleo de Empreendedorismo da Universidade do Extremo Sul Catarinense (NE/UNESC); ao Grupo de Estudos em Inovação e Empreendedorismo Social (GIES), parte integradora do Grupo de Pesquisa em Estratégia, Competitividade e Desenvolvimento (GECOMD/CNPq/UNESC); ao Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/CNPq/UNESC); e à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PROPEX/UNESC) pela bolsa de PIBIC/UNESC.

<sup>2</sup> Graduanda em Administração de Empresas da UNESC, bolsista de iniciação científica PIBIC e membro do Grupo de Estudos em Inovação e Empreendedorismo Social (GIES/UNESC).

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC e membro do Grupo de Estudos em Inovação e Empreendedorismo Social (GIES/UNESC).

<sup>4</sup> Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC e líder do Grupo de Estudos em Inovação e Empreendedorismo Social (GIES/UNESC).

<sup>5</sup> Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UNESC e líder do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU/UNESC).



## XV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

Desafios da Gestão Universitária no Século XXI

Mar del Plata – Argentina

2, 3 e 4 de dezembro de 2015

Criciúma, State of Santa Catarina, Brazil. For that it was conducted field research, with the data collected through a semi-structured interview to mediate the process in depth analysis of the data took place in a qualitative and exploratory approach. It was observed that the UNESC presents quite consolidated extension and with a maturing and continuous learning process. It is noteworthy that the strategic, tactical and operational levels of university management work are in line with a strong understanding of their roles and planning.

**Keywords:** University management; University Extension; Community University.

## INTRODUÇÃO

Na década de 1940 as universidades brasileiras estavam situadas basicamente nas grandes cidades ou capitais nacionais, este fato ocasionou uma mobilização popular de moradores abastados do interior, pois a medida que seus filhos cresciam precisavam deixar suas propriedades, locais que nasceram e criaram-se, caso quisessem continuar estudando. Historicamente o poder público não tinha possibilidade de atender todas as demandas que vinham surgindo na educação, assim algumas iniciativas voltadas para o ensino superior foram se concretizando no formato municipal, sendo mantidas pelas mensalidades dos estudantes. A partir de 1980 já começava a se falar em Universidade Comunitária como uma instituição pública não estatal, na Constituição Federal (CF) de 1988, por meio do artigo 213, fica assegurado que os recursos públicos também serão direcionados a essas Universidades Comunitárias (BRASIL, 1988; VANNUCHI, 2004).

Uma Instituição de Ensino Superior (IES) para ser considerada como comunitária precisa primeiramente se configurar como universidade, ou seja, prever de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão. O papel da universidade comunitária também se manifesta no retorno ao desenvolvimento local e regional da comunidade na qual está inserida. Esse desenvolvimento é promovido, em grande parte, por meio das atividades de extensão realizadas por esse formato de universidade. A gestão participativa, que envolve diversos membros (da comunidade, da reitoria, das diretorias, dos funcionários, dos estudantes e dos departamentos), permite a consolidação das políticas institucionais e diretrizes curriculares que norteiam os objetivos e as metas das IES, especificando as funções do ensino, da pesquisa e da extensão. O caráter comunitário dessas universidades impulsiona a busca por resultados sociais efetivos em constância com a missão estipulada pela própria universidade (VANNUCHI, 2004).

Os desafios enfrentados pela extensão universitária, atualmente, decorrem de um histórico pautado em controvérsias políticas, governamentais e educacionais, provenientes de momentos específicos ao longo da implantação das universidades (DIAS, 2009). A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão está expressa na CF no artigo 207 (BRASIL, 1998). Anteriormente, na legislação brasileira de 1931, a extensão universitária estava prevista no Sistema Universitário Brasileiro (BRASIL, 1931), porém a Reforma Universitária precisou esperar até 1960 para se concretizar efetivamente, o qual ocorreu por meio de um evento promovido pela União Nacional de Estudantes (UNE) (POERNER, 1979).

Aqui cabe salientar que as contribuições de Paulo Freire se fazem presentes e apresentam grande relevância no cenário da extensão universitária brasileira. A partir do trabalho intitulado Comunicação de Extensão (FREIRE, 1983) foram aprofundadas as reflexões acerca da temática em três etapas: i) buscar a origem da palavra extensão; ii) abordar questões relacionadas a invasão cultural;<sup>1</sup> e, por fim, iii) o educador deverá levar a reflexão dos sujeitos ativos no processo, onde o diálogo se formaria em um processo de “ganha-ganha”.

Nas universidades comunitárias a extensão precisa estar presente no pensamento do corpo docente e dos discentes. Além disso, a extensão deve estar declarada na própria missão institucional. Conforme já citado, dentre os pressupostos da Universidade Comunitária está a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Nessa direção Vannuchi (2004 p. 56) destaca que “a extensão bem entendida e bem exercida gera projetos de pesquisa engajada e ilumina e modifica qualquer sala de aula”.<sup>2</sup> Assim, a função da universidade comunitária precisa articular o ensino e a pesquisa, para exercer seu papel extencionista, aliando os saberes acadêmicos aos saberes populares (VANNUCHI, 2004).

Dentre as universidades brasileiras, encontra-se situada no município de Criciúma, em Santa Catarina (SC), a Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC),

*locus* da presente pesquisa. Trata-se de uma IES fundada no final da década de 1960, pertencente à Associação Catarinense de Fundações Educacionais (ACAFE) e sua missão, enquanto universidade comunitária é: “educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida” (UNESC, 2015). Diante de sua missão e considerando o seu caráter comunitário questiona-se: é possível realizar a extensão universitária de forma equitativa com o ensino e com a pesquisa? Se sim, em que medida isso ocorre?

Cabe salientar que o objetivo deste trabalho é apresentar como ocorre e como é gerida a extensão na UNESC, por meio de entrevistas com colaboradores dos níveis estratégico, tático e operacional e da análise documental realizada diretamente na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA) da referida instituição.

## **TRAJETÓRIA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA**

Falar de extensão universitária carece de alguns entendimentos a respeito da origem e papel da própria universidade ao longo da história, esse entendimento também é importante para que se perceba a relação existente entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Nas palavras de Silva (2006, p. 195) “a ideia de universidade se constrói através daquilo que nela se transforma” esse pensamento remete à produção dos conhecimentos promovidos pela universidade e a sua utilização na produção de novos conhecimentos.

As primeiras universidades institucionalizadas que se tem registro são a Universidade de Bolonha, na Itália, criada em 1088; a Universidade de Oxford, no Reino Unido, criada em 1096; e a Universidade de Paris, na França, criada em 1150, oficializada em 1200 (SIMÕES, 2013). Neste período as universidades eram submetidas à hegemonia política da monarquia e, principalmente religiosa, o que limitava os avanços da ciência, à medida que os estudos começavam a representar contradições com as verdades da Igreja. Naquele momento histórico as universidades eram financiadas por senhores com altos padrões monetários que as equiparavam a uma santidade, visto tamanho deslumbramento que detinham pela reprodução do conhecimento contido nos livros. Os livros eram caros e escassos e por isso eles precisavam ser transcritos a mão para que seus conhecimentos não fossem perdidos (MINOGUE, 1977; MONROE, 1979; DURKHEIM, GUTIÉRREZ e DELGADO, 1982; SILVA, 2006; SIMÕES, 2013).

Na América Latina as universidades começaram a ser instaladas no século XVI com forte predominância do modelo europeu, por receber deste continente muitas informações, tanto na área de profissionalização técnica do indivíduo, quanto na área de formação voltada às atividades científicas. Já no século XX as influências do modelo norte americano não passaram despercebidas à medida que inovaram nos níveis de formação superior e foram melhores assimiladas pelas universidades latinas (WANDERLEY, 1985; ROSSATO, 2005).

Ainda no século XIX, no período entre 1808 e 1821, a corte portuguesa se instalou no Brasil e o Rei Dom João VI, criou algumas escolas como a Academia Real Militar e Academia da Marinha que tinham finalidade principal a segurança nacional das fronteiras brasileiras, e também, o curso de cirurgia na Bahia e Rio de Janeiro. Devido às necessidades emergentes no novo governo, foram instituídos paralelamente alguns cursos superiores e profissionalizantes de formação técnica, porém foi necessário esperar até meados de 1920 para que as primeiras universidades, com o atual modelo, fossem de fato instituídas no Brasil (WANDERLEY, 1985; PILETTI, 1997; MASSETTO, 1998; ROSSATO, 2005; RIBEIRO, 2007).

A primeira universidade brasileira foi a Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ), fundada em 1920, a partir da fusão das escolas superiores e técnicas existentes até aquele momento. Porém, o seu foco estava apenas no ensino, deixando de lado a pesquisa e

ignorando a extensão. Em 1927, foi criada a Universidade de Minas Gerais seguindo o mesmo modelo estrutural de ensino da Universidade do Rio de Janeiro. O modelo de universidade vigente no período ainda se restringia a poucas pessoas da alta sociedade com condições financeiras suficientes para comprar os conhecimentos, e simbolizava a possibilidade de se enquadrarem no meio sociopolítico da época (FÁVERO, 1980; MAZZILLI, 2011).

Na década de 1930 foi marcante a instalação das universidades brasileiras à medida que foi incorporado o método alemão e inserção da pesquisa científica no ensino superior brasileiro. Paralelamente ao incentivo da pesquisa a extensão universitária também começava a surgir, porém, tendo um caráter mais restritivo voltado à reprodução de cursos embasados nos conhecimentos já produzidos, estes cursos tem a finalidade de replicação técnica. A promulgação do Decreto de Lei nº 19.851, de 11 de abril de 1931 (BRASIL, 1931), prevê a adoção da extensão universitária, entretanto é adotado um regime universitário rígido e centralizador seguindo o modelo ditatorial do período. O manifesto de 1932, intitulado Manifesto do Pioneiro, abre espaços para debates, analisando a educação como um problema social (WANDERLEY, 1985; ROMANELLI, 1986; MAZZILLI, 2011).

A partir de 1950, a educação passou a alcançar lugar significativo no meio político governamental brasileiro. Os estudantes se organizavam na UNE, um movimento que refletia sobre as funções da universidade no país, porém os debates só foram discutidos em 1961 com a promulgação a 1ª Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB). Vale salientar que houve um grande movimento em defesa da alfabetização, centrado no método de Paulo Freire. O golpe civil-militar de 1964 trouxe consigo a repressão característica do modelo governamental em vigência daquele período, reprimindo diversas atividades universitárias, e trazendo descontentamento a UNE. Em conformidade com o novo governo ocorreu à adequação das universidades brasileiras ao regime e foi adotado o projeto pedagógico tecnicista, por meio da Lei nº 5.540/68 a qual alterou a Lei nº 4.024/61 (CHAUÍ, 1980; MAZZILLI, 2011; FÁVERO, 2006; SAVIANI, 2008; DE PAULA, 2013).

No Brasil, de 1964 a 1985, o regime militar governou o País sob uma forma autoritarista, cuja principal característica era a falta de democracia e excesso de censura e perseguições políticas aos contrários ao regime (REZENDE, 2001). Mesmo com a predominância do governo militar, foi possível verificar que na década de 1970 houve expansão das atividades universitárias no Brasil devido a necessidade de formação técnica de mão de obra para o trabalho industrial (SAVIANI, 2008). Porém, foi somente depois de 1985 que a universidade autônoma passou a ser orientada para a resolução de problemas sociais, prevendo a relação que integra o ensino, a pesquisa e a extensão (MAZZILLI, 2011).

## **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

Pode-se dizer que o vínculo da extensão à academia é bem anterior a sua própria conceituação teórica, porém o que se pretende neste trabalho é entender como a extensão universitária é compreendida, tratada e trabalhada atualmente nas IES brasileiras. Assim dois pontos principais serão abordados: i) os campos de atuação da extensão universitária e os caminhos trilhados ao longo dos séculos; e ii) o conceito atual de extensão universitária que prima pela indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

O campo de atuação da extensão universitária começa ganhar formas na Argentina, mais precisamente na cidade de Córdoba em 1918 quando se iniciou um movimento estudantil que buscava transformações no modelo das universidades. De acordo com Rocha (2001) esse movimento defendia que as universidades deveriam ser para o povo, ou seja, o benefício do conhecimento deveria ser compartilhado com as demais classes da sociedade, em especial com as menos favorecidas economicamente. Este movimento instigou o pensamento sobre e a atuação das universidades daquela época. A inspiração para o manifesto foi trazida de universidades populares criadas na Bélgica e na França, que

mantinham algumas atividades extramuros realizadas em fábricas e em outros ambientes. Neste contexto, Mazzilli (2011, p. 208) aponta que “o corpo docente era formado pelos estudantes e o corpo discente, pelos trabalhadores”.

No Brasil o campo de atuação da extensão universitária decorre dos anos 1930, com a integração do modelo alemão, tendo ênfase na pesquisa e sendo influenciada pelo movimento argentino de Córdoba que ecoava efetivamente na extensão. A universidade brasileira enfrentou barreiras e a extensão universitária muitas perseguições políticas, passando por alguns entraves à medida em que ia aderindo a extensão, uma vez que ela era abordada como mera executora, embora voltada à comunidade, se dava na forma de cursos e teatros e salas de leitura. Mesmo aplicada extramuros se assemelhava mais ao ensino e a transmissão do conhecimento advindo da pesquisa do que da própria extensão. Destaca-se também o forte caráter voluntarista por parte dos estudantes (FREIRE, 1979; POZZOBON E BUSATO 2009; MAZZILLI, 2011).

A partir da década de 1960 até final de década de 1970 imperou no Brasil a ditadura militar, assim as ações extensionistas foram desvinculadas das universidades. Foram instituídos programas cuja participação dos voluntários era ocasional. A adoção dessa medida pelo governo foi vinculada ao ideal militarista de segurança nacional no qual os acadêmicos eram apenas executores que ajudavam a promover o desenvolvimento do País. Assim a extensão era descentralizada da universidade permitindo que o extensionista tomasse conhecimento apenas de uma pequena parte da realidade local, sem qualquer estabelecimento de vínculo à missão social proposta pela extensão (NOGUEIRA, 2001; SERRANO, 2013).

Vale ressaltar que por volta de 1961 movimentos de alfabetização instauraram-se no Brasil. Por meio das atividades da Universidade de Recife, que tinha à frente o educador Paulo Freire, foi possível aproximar a universidade das realidades das comunidades. Assim, a academia passou a comunicar-se com as pessoas e não somente a invadir suas culturas. A extensão em suas dimensões educativas tinha como princípio desenvolver atividades que permitissem as trocas entre o saber técnico-científico e os saberes populares (FREIRE, 1969; PAULA, 2013).

Efetivamente a extensão universitária brasileira despertou por meio de movimentos sociais, passando por uma perda de expressividade decorrente do regime militarista, e retomando forças após a promulgação da Lei da Anistia em 1979 que, por sua vez, trouxe alívio às tensões opressivas oriundas do governo militar. No final da década de 1980 houve a organização do Fórum de Pró-reitores de Extensão (NOGUEIRA, 2001). A Carta Constitucional de 1988, expressa por meio do artigo 207 o tom de responsabilidade deliberada às universidades na prática extensionista, assim “as Universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão e obedecerão ao princípio da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão” (MAZZILLI, 2011 p. 214).

A extensão nas universidades comunitárias pode ser definida por sua capacidade em promover mudanças a partir da identificação de problemas inerentes a uma comunidade por meio da aplicação de projetos que contemplem a interação entre o ensino e a pesquisa (VANNUCHI, 2004). A expansão das universidades comunitárias ocorreu ao longo da década de 1990, com a criação da ABRUC (Associação Brasileira de Universidades Comunitárias) e com a promulgação da LDB (Lei N° 9.234/96) que estabeleceu a adequação da IES Comunitárias (BRASIL, 1996). O enfoque das universidades comunitárias vai além dos muros da instituição, permitindo que docentes e discentes vivam a missão da instituição, por meio da convivência com a comunidade ao seu entorno, o retorno das atividades de extensão realizadas extramuros, são convergidas na produção de novos conhecimentos, condizentes com a realidade local (VANNUCHI, 2004; JEZINE, 2004).

## **METODOLOGIA**

A coleta de dados empíricos ocorreu no município de Criciúma no estado de Santa Catarina e tomou-se como foco de análise uma universidade, a UNESC. A escolha dela como universo de pesquisa baseou-se no relevante papel que a mesma desempenha no extremo sul do Estado de SC, especialmente a sua atuação na extensão universitária. Nessa instituição, foram coletadas informações (documentos, editais<sup>3</sup> e portarias) referentes aos programas de ações extensionistas.

Vale destacar que o estudo possui abordagem qualitativa e exploratória, sendo que foram entrevistadas seis pessoas ao longo de todas as etapas da pesquisa<sup>4</sup> com o perfil pré-selecionado.<sup>5</sup> Alguns dos seis entrevistados pré-selecionados concederam mais de um depoimento, colaborando significativamente com a pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA UNESC**

#### **1. Histórico da Extensão na UNESC**

O início das atividades de extensão na instituição, se deu com a criação da Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI), em 1968, e foram coordenadas pela própria Fundação até 1973, quando passaram a ser organizadas e geridas pelas escolas superiores que faziam parte da Fundação. Neste Período a FUCRI era composta por quatro escolas: Faculdade de Ciências e Educação de Criciúma (FACECRI), Escola Superior de Desportos (ESEDE), Escola Superior de Ciências Contábeis e Administração (ESCCA) e a Escola Superior de Tecnologia (ESTEC). Coordenadas pelas próprias escolas, a extensão exercida pela instituição era direcionada basicamente à qualificação profissional oriunda da necessidade de mão de obra para o mercado regional, por isso configurava-se apenas no formato de cursos (UNESC, 2008).

A trajetória percorrida desde a implementação da extensão universitária na UNESC, passou por diversas reformas, sendo construída até os dias atuais. A partir 1987 foi criada a Coordenação de Pós-Graduação Extensão e Apoio Técnico (CPEAT), o qual dinamizou os cursos de extensão. Em 1990, foi instituída a Coordenação de Extensão e Apoio Comunitário (CEAC) que passou a ser chamada de Diretoria de Extensão em 1994, configurando o real sentido de extensão universitária, bem como a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos da comunidade. A partir do ano 2000 a UNESC assumiu o conceito da Pró-Reitoria de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (UNESC, 2008) e o compromisso de intervir na sociedade, percebendo-a de maneira mais real, considerando extensão como “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a resolução transformadora entre Universidade e Sociedade” (FORPROEX, 2001, p. 29).

No ano de 2001 o setor de extensão passou por mais uma readequação e foram instituídos os programas de extensão universitária. Em 2004 os programas continuaram com certas alterações na estrutura, passando a vigorar a publicação de editais para a elaboração de projetos produzidos por docentes e discentes. A necessidade de reestruturar reapareceu em 2005, momento em que foi criada a organização administrativa da extensão universitária. No ano seguinte a Diretoria de Extensão formou as Unidades Acadêmicas (UNAs). A partir de 2007, a articulação da UNA e da Extensão passou a vigorar na UNESC, estando diretamente vinculada à Pró-reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão (PROPEX) e Assessoria Técnica para Assuntos de Extensão (UNESC, 2008; BITENCOURT, 2011).

As Unidades Acadêmicas da UNESC atuam na integração do ensino, da pesquisa e da extensão, no âmbito das suas áreas de conhecimento, e por vezes integrando-se com as outras UNAs para a formação do conhecimento. Na Tabela 1 consta a lista das Unidades Acadêmicas da instituição e suas áreas de atuação.

Tabela 1: Unidades Acadêmicas da UNESC e áreas de atuação.

Unidade Acadêmica (UNA)	Área de Atuação
UNACSA	Ciências Sociais Aplicadas
UNASAU	Ciências da Saúde
UNAHCE	Humanidades, Ciências e Educação
UNACET	Engenharias e Tecnologias

Fonte: Elaboração própria.

Ao final da primeira década do século XXI algumas universidades privadas enfrentaram dificuldades para administrar seus gastos e com a UNESC não foi diferente, tal como relata um dos gestores:

*Em 2010, a UNESC passou por uma crise econômica e financeira, o que ocasionou uma série de cortes de pessoal, e acúmulo de funções por parte dos coordenadores das Unidades Acadêmicas, que passaram a ocupar em alguns casos, funções de coordenadores de pesquisa e extensão ao mesmo tempo. Outro fato a se destacar foi a redução dos projetos comunitários. Então a partir de 2012 inicia-se um processo de reestruturação no qual se começa a pensar exaustivamente nas políticas de extensão, e no papel que esta desempenha e que deve desempenhar para a comunidade ao seu entorno (E02 e E03).*

As primeiras alterações começaram entrar em vigor no edital de 2013, para aplicação entre 2014 e 2016, prevendo o número de doze projetos de extensão para cada Unidade Acadêmica, mais fomento de quatro mil reais, dois no primeiro ano de execução e mais dois para o segundo ano, além de 4 horas docentes para cada professor e mais duas bolsas para acadêmicos 20 horas.

Essas políticas em vigor foram pautadas nos documentos internos produzidos até 2008, e em outras leituras como: 1) Constituição Federal; 2) Leis de Diretrizes de Bases da Educação (LDB 9234/96); 3) Documentos do Fórum de Pró-reitorias de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX); e 4) Plano Nacional de Extensão. Então, a partir da análise desses documentos foram formalizadas as Políticas de Extensão da Universidade vigentes para os projetos aprovados no Edital 2014/2016. Desta forma existe a normatização dos processos a serem desenvolvidos em campo, norteando as operações a serem realizadas, desde o desenvolvimento das atividades, até os registros, encaminhamentos e sistematização das informações (UNESC, 2008).

De acordo com o primeiro entrevistado a UNESC, *na condição de Universidade Comunitária entende que a extensão é a base de sua existência e deve estar em consonância como o modo de pensar e agir dos professores, estudantes e funcionários (E01)*. O estatuto da Universidade do Extremo Sul Catarinense determina a abertura da instituição à comunidade (UNESC, 2006). Conforme as políticas de extensão (2008) é este contato com a realidade social que retroalimenta o ensino e a pesquisa. O estatuto assim assegura a extensão universitária. No artigo 6º, inciso VIII, é estabelecido o “equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão”; e torna a menciona-la no artigo 7º nos incisos IV, V.

IV. Socializar conhecimentos gerados na Universidade, por meio de programas e projetos comunitários. Cursos e serviços, promovendo a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

V. Criar, promover e disseminar, conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem patrimônio da humanidade, disponibilizando-os à toda a sociedade, comunicando o saber através do ensino, de publicações ou outras formas de comunicação, respeitando e valorizando as características regionais (UNESC, 2006).

No que tange a extensão, o artigo 40 a Seção III, do Estatuto da Universidade volta-se a Extensão Universitária da UNESC, caracterizando-a como “um processo e prática educativa, cultural e científica que se integra ao ensino e à pesquisa, viabilizando a relação transformadora entre a UNESC e a sociedade” (p. 15), os incisos desse artigo colocam primeiro a extensão sob responsabilidade direta das Unidades Acadêmicas, sob supervisão da PROPEX. Em segundo assegura-se que as ações que “visem promover o desenvolvimento regional, a melhoria da qualidade do ambiente de vida, a inclusão social e a promoção da cidadania”, sejam prioritárias (p. 15). O terceiro ponto menciona a execução das atividades em campo, colocando-as sob responsabilidade dos professores e acadêmicos (p. 15) (UNESC, 2006).

Em 1993, a UNESC foi legitimada como Universidade Comunitária. Com esta formatação às atividades de extensão foram reconhecidas como serviços prestados à comunidade configurando um cenário de emancipação crítica tanto da academia quanto da comunidade (BITENCOURT, 2011). Dentre as literaturas em que são pautadas as políticas de extensão da UNESC, estão os princípios de elevação das atividades a um patamar extramuros, que visa proporcionar a uma comunidade, melhores condições na qualidade de vida dos indivíduos. Essas melhores condições podem ser alcançadas na integração da extensão com o ensino e a pesquisa, a qual o ensino e pesquisa embasam o extensionista que vai ao campo, e a medida que este extensionista conhece a realidade da comunidade, incentiva o desenvolvimento de novos projetos comunitários (MORAIS, 1989).

Em 2013 foram instituídos os fóruns de extensão, espaços de mediação que reuniam a PROPEX, *os coordenadores de extensão das Unidades Acadêmicas, docentes e discentes extensionistas, para pensar e discutir as políticas de extensão da universidade* (E01). Dessa forma, os fóruns passaram, em 2015, a se configurarem como formação em pesquisa e extensão, direcionadas a cada um dos envolvidos com as etapas, e com o processo de extensão dentro da universidade. Foi possível perceber nos depoimentos de estudantes e professores o quanto os fóruns foram significativos para o entendimento do que é ser extensionista e fazer extensão. Em um dos fóruns, houve a interligação dos projetos e consequentemente a interação entre eles. Sendo um da área do direito e outro da economia, o qual em trabalhos conjuntos buscaram melhorias em prol de um objetivo. *Assim, as trocas de experiências e as vivências em cada projeto representaram momentos únicos e por vezes ajudaram a solucionar problemas similares a ambos* (E03).

Vale ressaltar que as políticas de extensão da Universidade, estão desde 2013, passando por um período de reestruturação metodológica que visa principalmente a emancipação dos extensionistas, docentes e discentes, assunto este que será abordado no próximo item. Na condição de Universidade Comunitária as raízes da extensão são muito fortes, e se proliferam no retorno à própria comunidade, como afirma Vannucchi (2004).

O envolvimento e a atenção que a UNESC dedica à extensão é tão significativa, que se materializou na criação de um projeto experimental denominado Território Paulo Freire.

*O nome vem do próprio educador brasileiro e a metodologia é embasada em seus princípios, de troca de saberes e emancipação da comunidade, com uma real preocupação que esta não sofra uma invasão cultural, seguindo assim os princípios do livro Comunicação ou Extensão, que passa a ser uma discussão obrigatória entre os extensionistas em todos os níveis hierárquicos dentro da Universidade. Os projetos do Território entraram em vigor a partir de 2014, e reúnem atividades*

*aplicadas em cerca de 17 bairros considerados em situação de vulnerabilidade financeira, em torno da Universidade e a cada edital bianual, são direcionados para essa região 16 projetos de extensão, sendo 4 para cada UNA, visando um trabalho inter e multidisciplinar, à medida que as ações dos projetos são desenvolvidas por profissionais de diversas áreas do conhecimento (E01).*

Outra ação digna de nota e com caráter inovador é a extensão por meio do ensino. Um projeto pioneiro e que transmite a extensão à colegas e estudantes é o projeto intitulado “Plano de 60 dias”, o qual é ministrado na disciplina curricular de Consultoria Empresarial no curso de Administração de Empresas. Pode-se dizer que é um projeto que reúne determinação além de grande poder de sensibilização a fim de reunir pessoas envolvidas com a causa. Da observação da realidade instaurada nas avaliações institucionais dos estudantes, houve a percepção que os mesmos solicitavam por práticas, vivências reais que lhes proporcionassem maior envolvimento e aprendizado. Assim, começava os questionamentos de como envolver a comunidade e os acadêmicos neste processo de aprendizado, e indagações de porque não trazer a extensão para o projeto. Então foi o momento de elaborar uma estratégia metodológica de ensino voltada à extensão vivida na Universidade, com a consciência de que para fazer extensão

*é preciso ter persistência, e entrega, e não levar respostas prontas. Aí se consegue fazer a junção de conhecimentos, a necessidade é de que haja uma troca, a comunidade trás os seus conhecimentos e a Universidade colabora com suporte técnico (E02).*

Desta maneira o Plano 60 dias funciona por meio de aderência espontânea da comunidade nas seguintes etapas: i) convite para o empresário, que procura a Universidade pra se inscrever; ii) faz-se um nivelamento explicando o projeto; iii) formalização da inscrição; iv) diagnóstico da situação real da empresa; e v) o empresário escolhe o problema que ele quer primeiro trabalhar. Só então começam por 60 dias trocas de experiências e encontros semanais.

Outra forma da extensão abranger a comunidade é pelo Núcleo de Empreendedorismo. Este é um projeto institucional, inaugurado em 2014, o qual tem por objetivo “potencializar a educação empreendedora, capacitando e apoiando a transformação do conhecimento em produtos, processos, serviços e ações inovadoras em benefício do desenvolvimento econômico, social e ambiental”. Neste sentido a função do núcleo é de apoiador os projetos de extensão da Universidade, sendo 70% das suas atividades revertidas em prol da extensão comunitária (UNESC, 2015; E03).

Vale destacar outros projetos de extensão que foram criados: o Museu de Zoologia, o Setor de Arte e Cultura, e, também, o Museu da Infância. Tais projetos possuem o compromisso de desenvolver ações de extensão permanentes junto à comunidade (UNESC, 2015; E02).

Assim, quando é identificada alguma demanda, pode-se criar um projeto no formato de convênio pontual, este funciona com fomentos da universidade e da empresa conveniada. Embora não seja aprovado em edital, o projeto entra em vigor e é aplicado em uma comunidade (E02; E03). Existem ainda outras formas de comprometimento da UNESC com a extensão que ocorrem por meio da prestação de serviços e cursos extracurriculares e de idiomas (E01) com custo reduzido para a comunidade, visando apenas à manutenção dos setores. Até este ponto é possível perceber o quanto a UNESC é comprometida com a comunidade e como faz para que ocorra a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Com os entendimentos de como é extensão na Instituição, passa-se agora a configuração apresentando como é o funcionamento e a gestão da atividades de extensão na Universidade do Extremo Sul Catarinense.

## 2. Gestão da Extensão Universitária na UNESC

A extensão da UNESC (E01; E02) ocorre das seguintes maneiras: a) no formato de ação comunitária; b) na prestação de serviços; c) no ensino por meio de disciplina acadêmica; d) nas trocas de experiências promovidas pelos fóruns de extensão; e d) na formação avançada em educação à distância. Esta última está em processo de construção (E01), mas prevê treinamento avançado para os extensionistas que fizerem parte dos editais da universidade. Cabe dizer que o objetivo da extensão na UNESC é “Promover a integração do conhecimento entre Universidade e Sociedade, envolvendo a comunidade acadêmica em ações articuladas, interprofissionais e interinstitucionais, contribuindo para a consolidação da missão institucional” (UNESC, 2008, p. 9). Uma vez reconhecido o papel da extensão na universidade, ela é equiparada ao ensino e a pesquisa, à medida que elas se retroalimentam em um processo de constantes trocas de saberes e experiências.

Estrategicamente os gestores articulam qual o modelo de extensão é o desejado para a Universidade. Assim a partir de 2013 iniciou-se um movimento em prol da construção das novas políticas de extensão da UNESC. As políticas de extensão vigentes para o edital dos projetos 2014/2016 (UNESC, 2008), expressam os princípios e objetivos da extensão a ser praticado nos projetos de extensão da Universidade. Dentre outros, alguns dos princípios de extensão vigentes para os programas institucionais e projetos por editais atendem as políticas de extensão da Universidade, como: a periodicidade das ações, os impactos produzidos no meio social, a socialização dos conhecimentos no meio acadêmico e a ética na relação universidade sociedade.

As entrevistas (E01; E02 e E03), revelaram que as atividades de extensão da UNESC estão relacionadas diretamente a três níveis administrativos. Em uma construção hierárquica são representados consecutivamente pela PROPEX, pelas Unidades Acadêmicas e Projetos Comunitários. Conforme Antony (1965), os níveis para tomada de decisão dentro de uma organização podem ser divididos em estratégico, tático, operacional. No nível estratégico são definidas as políticas da empresa, no nível tático ocorre o controle, neste ponto é verificado se o planejamento estratégico da empresa está seguindo conforme pretendido. O nível operacional é onde são desenvolvidas as atividades. Assim a Figura 1 apresenta os setores dentro da UNESC, que se referem a cada nível mencionado.

Figura 1: Níveis Administrativos da Extensão na UNESC.



Fonte: Elaboração própria.

A PROPEX cabe a função estratégica, de “pensar e agir” dentro dos projetos de extensão, a medida que se preocupa com a criação de políticas sólidas, com o envolvimento dos docentes e discentes, e a instauração de uma cultura organizacional realmente alicerçada nos princípios do ensino da pesquisa e da extensão. Deste envolvimento da cúpula administrativa da UNESC criou-se o eritório Paulo Freire, o Plano de 60 dias, os projetos comunitários passaram a ser de dois anos, e a socialização entre projetos e as atividades desenvolvidas, estes últimos foram possíveis em decorrência da instituição dos fóruns unificados (E01; E02).

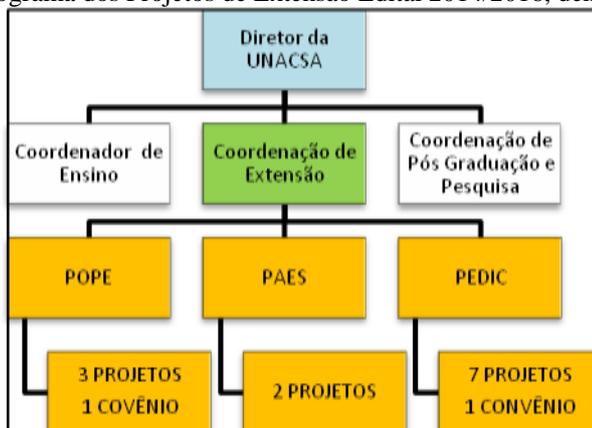
Em seguida pode-se verificar o papel da Unidade Acadêmica, que taticamente auxilia a PROPEX no acompanhamento dos projetos. É a UNA a responsável pelo acompanhamento do dia a dia da extensão e cabe a ela também advertir quando necessário e propiciar treinamento aos bolsistas iniciantes quando é lançado um novo edital. À base das atividades de extensão estão nos programas e os projetos comunitários que são desenvolvidos no nível operacional. É o *locus* em que os extensionistas, professores e acadêmicos, vão a campo e convivem com as realidades da comunidade (E01; E04).

O terceiro nível da pirâmide é representado pelos programas e projetos comunitários, que estão no nível operacional (E01, E02 e E03). Aqui os acadêmicos e professores entram em ação junto à comunidade. Ao observar os projetos comunitários aprovados em edital pelas Unidades Acadêmicas, em vigência no período de 2014 a 2016, são ao todo 48 projetos desenvolvidos junto à comunidade. Estes são distribuídos em número de doze para cada UNA, e reservando quatro deles para o Território Paulo Freire. Os projetos são submetidos por um professor durante o período de inscrição e então são avaliados pela Unidade Acadêmica, posteriormente são catalogados e publicados em edital.

### 3. A Extensão Universitária na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas

O estudo de como se configura a extensão com o foco na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (UNACSA), permitirá um melhor entendimento de como é gerenciada a Extensão na Universidade do Extremo Sul Catarinense. O organograma representado pela Figura 2 traz a disposição dos níveis hierárquicos dentro da UNA para que haja efetividade na extensão universitária.

Figura 2: Organograma dos Projetos de Extensão Edital 2014/2016, dentro da UNACSA.



Fonte: Elaboração própria.

Referindo-se a extensão universitária da UNESC na UNACSA existe o papel de um diretor, seguido pela coordenação de extensão, os programas e os projetos de extensão. Cabe aqui apresentar o papel dos programas da UNACSA. Existem atualmente três programas que norteiam e desenvolvimento dos projetos (E03 e E04), que são: o POPE (Programa de Orientação ao Pequeno Empreendedor); o PAES (Programa de Ações em Economia Solidária); e o PEDIC (Programa de Extensão em Direito e Cidadania). Cada programa comporta seus projetos de extensão, assim, um programa é responsável por promover treinamentos para o pessoal de cada projeto. Aos programas são destinados fomento institucional anual de dois mil reais, é integrado por um professor coordenador com 4 horas docentes e mais um acadêmico bolsista com 20 horas semanais (E01; E03). *Dentre os dados coletados, revelou-se uma dificuldade estrutural em prospectar professores para a causa extensão na Universidade, e um mesmo professor acumulando funções de coordenação de*

*mais de um projeto ao mesmo tempo, e algumas vezes a demanda da extensão obriga a alocação de um mesmo professor na coordenação de um Programa e um ou mais projetos (E04).*

Os projetos de extensão aprovados pelo Edital nº 05/2013 UNACSA, publicado no site da UNESC, referentes ao período de 20 de março 2014 a 10 de fevereiro de 2016, são respectivamente: i) Vinculados ao POPE - Assessoria na gestão, capacitação empresarial e empreendedorismo para as empresas incubadas da Itec.in – Incubadora Tecnológica de Ideias e Negócios do IPARQUE – Parque Científico e Tecnológico da UNESC; Ações direcionadas a capacitação em empreendedorismo, plano de negócios e responsabilidade social; e Finanças pessoais para escolas municipais do Território Paulo Freire; ii) Vinculados ao PAES: Ações para fortalecimento da feira de economia solidária da UNESC (FES-UNESC) e; Ações para empreendimentos de economia solidária – rumo à uma incubadora; iii) Vinculados ao PEDIC: Projeto solidariedade; Projeto “assistência judiciária para os reeducandos (as) dos estabelecimentos prisionais de Criciúma/SC; Prevenção e erradicação da alienação parental: o direito da criança e do(a) adolescente à convivência familiar sadia; Curso de formação em agente comunitário de cidadania; Adolescência e cidadania: construindo e socializando conhecimentos sobre a violência de gênero e os direitos das crianças e adolescentes, com jovens do ensino médio de Criciúma-SC; Mulheres e cidadania: costurando conhecimentos sobre a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e Saúde pública e participação popular: construindo a cidadania em saúde (UNACSA, 2013; SANTOS *et al.* 2014).

A Coordenação de Extensão da UNACSA realiza o acompanhamento sistêmico dos projetos, verificando sua aplicabilidade, formatação e a aplicação, por meio de relatórios trimestrais e anuais e também pelos fóruns de extensão. Os relatórios são preenchidos após a realização das atividades e então postados no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) do acadêmico extensionista, assim a coordenação de extensão fica informada de todas as atividades que estão se realizando. Os fóruns de extensão são outra maneira de acompanhar os projetos de extensão, trata-se de um momento a qual existe a socialização dos projetos e aprendizagem conjunta, os fóruns possuem momentos distintos nos quais são realizados encontros com UNAs, professores e acadêmicos (E03; E04; E05 e E06).

Os relatórios trimestrais e o relatório anual seguem um padrão pré-estabelecido. Ambos são preenchidos e postados no AVA para que haja o acompanhamento da UNA, durante o período de aplicabilidade dos projetos. Além da identificação dos docentes e discentes do projeto os demais dados que deverão ser apresentados nos relatórios trimestrais são os seguintes: a) trimestre a que se refere; b) relação de atividades realizadas junto à comunidade, especificando, principalmente, o número de participantes e o período de aplicação; c) impactos identificados pelos alunos e professores durante o trimestre; d) relação de atividades realizadas entre professores e acadêmicos; e) novas demandas identificadas na comunidade e justificativa; f) apresentação de *links* ou meios de divulgações do projeto; e g) publicações realizadas. A formatação dos relatórios finais recebe a identificação dos projetos, professores e acadêmicos envolvidos, bem como parcerias findadas ao longo da realização dos projetos e os seguintes dados: i) atividades realizadas e metodologia aplicada; ii) número de participantes beneficiados; iii) mídias onde foram apresentados; iv) publicações em eventos científicos; e v) considerações finais sobre o projeto. Caso os relatórios não sejam preenchidos e postados em conformidade com a regulamentação da política de extensão, o projeto acaba sofrendo sanção e não poderá concorrer a editais subsequentes (E01; E03; E05).

Já os fóruns de extensão, são programados anualmente e tem suas datas pré-definidas, são lançadas no calendário anual da UNESC, na página de formação em pesquisa e extensão, o objetivo específico para a extensão é: “Instrumentalizar no âmbito da extensão os professores, sobretudo os recém-contratados, sobre a elaboração de projetos de extensão e programas de extensão institucionais”. O público alvo dos fóruns são

professores e acadêmicos em momentos distintos. Nos fóruns entre UNA e acadêmicos geralmente é preenchido o modelo de apresentação em *power point* disponibilizado no ambiente virtual, que socializado com o grupo de extensionistas de todos os projetos e programas da UNACSA. A apresentação é composta inicialmente pelas informações do projeto e dos integrantes da equipe.

A relevância dos fóruns de extensão pode ser observada pelos acadêmicos extensionistas no próprio momento da apresentação dos projetos aos quais esses extensionistas fazem parte, também foi possível perceber o quanto o acadêmico se envolve com a realidade dos indivíduos onde os projetos são aplicados, também permite verificar que a socialização traz trocas de conhecimentos entre os grupos de extensão dos diversos projetos da UNACSA (E05).

*A troca de experiências entre os extensionistas permite muitas vezes verificar formas que facilitam nosso trabalho, e também analisar nossa própria forma de agir em campo, por que precisamos ter em mente que nosso papel e de levar conhecimento da sala de aula para o público alvo, não pode ser algo imposto, precisa se formatar com conhecimento mútuo, nós aprendemos com eles e eles aprendem conosco (E05).*

De acordo com a configuração Programas e Projetos de Extensão na UNESC, o primeiro é permanente e recebe fomento anual no valor de dois mil reais a serem utilizados no desenvolvimento das atividades de extensão, segundo até 2013 se dava por meio de edital anual. Em 2014 os projetos passaram a vigorar por dois anos, sendo doze projetos por Unidade Acadêmica. A Universidade fomenta o valor total de quatro mil reais por projeto, sendo liberados dois mil no primeiro ano e mais dois mil no segundo ano, os valores podem ser utilizados até seis meses após encerramento do projeto, a fim de apresentar e divulgar os resultados obtidos ao longo do desenvolvimento das ações. Na UNACSA, os projetos são sempre vinculados a um programa de extensão. Assim organizacionalmente cada programa é gerido por um professor extensionista com disponibilidade de 4 horas docentes, e um bolsista com 20 horas que assessora as atividades do programa (E01; E04).

Tanto programas quanto projetos de extensão são fomentados pela Universidade, porém existe uma modalidade apresentada que institucionalmente se configuram como convênios, que são fomentados em contrapartida Universidade e instituição externa. Em 2014 quando foi criado o Núcleo de Empreendedorismo com intuito de disseminar a cultura empreendedora na universidade e na região. Assim, trata-se de um ambiente diretamente vinculado à Unidade Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas (E03).

Quanto a gestão financeira dos projetos, cabe aos coordenadores fazer a adequação e solicitação do recurso ao setor financeiro. As solicitações de compra, adiantamento, passagens entre outras, são feitas basicamente por meio de formulários. Assim o setor financeiro da UNESC, faz a prestação de contas de cada projeto. O próprio projeto prevê a utilização dos recursos em um orçamento, não podendo ultrapassar a quantia de dois mil reais por ano (E02).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho teve a finalidade de apresentar como ocorre a gestão da extensão universitária na UNESC. Foi possível perceber que há envolvimento e responsabilidade nas atividades de extensão da Universidade, os gestores estão trabalhando em prol do desenvolvimento de políticas que configurem os princípios da extensão. Tais atividades estão apoiadas na concepção Freireana, percorrendo por caminhos que conduzam a verdadeira extensão universitária, de trocas de saberes e experiências, entre academia e comunidade.

Há o trabalho da PROPEX e das Unidades Acadêmicas para incentivar e fortalecer a formação de uma cultura organizacional voltada as atividades de extensão. Na condição de Universidade Comunitária, a UNESC se envolve com a comunidade ao seu entorno, o qual pode ser percebido na medida que as ações deixam de acontecer em determinada região, ainda sim as pessoas conseguem dar continuidade aos trabalhos, pois não foram meramente assistidas e sim capacitadas para seguir em frente. Tal capacitação ocorre de forma ordenada, com envolvimento direto de professores e acadêmicos comprometidos com o papel que a extensão universitária desempenha em Criciúma.

Chama a atenção à inserção social inerente às abordagens extensionistas na UNESC, elencadas pelos gestores entrevistados (E01, E02, E03 e E04), pode-se perceber que há um trabalho árduo por parte da Universidade em apoiar e desenvolver as diretrizes essenciais para que a extensão comunitária seja equiparada ao ensino e a pesquisa. Mas de fato acredita-se que verificar o impacto por meio de um “*check list*” diretamente na comunidade onde ocorre a extensão, poderia unificar grupos de pesquisa e de extensão em prol de maior alcance na transformação social. Assim sugere-se o avanço nas pesquisas utilizando-se como base a teoria do empreendedorismo social.

### Notas Explicativas

<sup>1</sup>Destaca-se que neste ponto o autor demonstra grande preocupação com o sentido de “manipulação ou domesticação” que a extensão pode ser encaminhada.

<sup>2</sup>As autoras esclarecem nesse artigo que o conceito de extensão universitária não é somente caridade, nem assistencialismo, tampouco ações promovidas por um Órgão Não Governamental (ONG).

<sup>3</sup>Cabe salientar que os editais analisados compreendem o período de 2014 a 2015.

<sup>4</sup>As quais foram obtidas durante o interstício de 30 de julho, 06 de agosto e 12 de agosto de 2015.

<sup>5</sup>O perfil pré-selecionado contempla gestores e estudantes da IES envolvidos diretamente com a extensão universitária da UNESC. Para tanto, o denominamos de: *En*, para garantir o devido anonimato. Assim, a letra “E” significa a pessoa entrevistada e “n” representa a ordem em que foram realizadas tais entrevistas.

### REFERÊNCIAS:

ANTHONY, Robert Newton. **Planning and control systems: a framework for analysis**. Boston: Harvard University, 1965. 180p.

BITENCOURT, João Batista. **Unesc: a trajetória de uma universidade comunitária/** João Batista Bitencourt. Criciúma: UNESC, 2011. 188p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Lei nº 19.851**, de 11 de abril de 1931. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legi/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes de Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

DIAS, Ana Maria Iorio. Discutindo caminhos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. **Revista Brasileira de Docência, Ensino e Pesquisa em Educação Física**, Cristalina, p.37-52, ago. 2009.

---

DURKHEIM, Emile; GUTIÉRREZ, Félix Ortega; DELGADO, María Luisa. **Historia de la educación y de las doctrinas pedagógicas: la evolución pedagógica en Francia**. Madrid, La Piqueta, 1982.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade e poder**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS - FORPROEX. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo, Cortez & Morales, 1979. 102p.

JEZINE, Edineide. As práticas curriculares e a extensão universitária. In: **Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. 2004. p. 1-5.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Docência na universidade**. Campinas. Papirus Editora, 1998.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação Periódico científico editado pela Anpae**, v. 27, n. 2, 2011.

MINOGUE, Kenneth. **O conceito de universidade**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1977. 44p.

MONROE, Paul; DE AZEVEDO, Nelson Cunha. **História da educação**. São Paulo, Companhia editora nacional, 1979.

MORAIS, João Luiz de. **Perfil das universidades comunitárias**. São Paulo. Loyola, 1989.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: UNB, p. 57-72, 2001.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. (Org.). **Extensão Universitária. Diretrizes conceituais e políticas**. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEXT/UFMG/Fórum, 2000.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces-Revista de Extensão da UFMG**, v. 1, n. 1, p. 5-23, 2013.

PAULO, Freire. **Extensão ou comunicação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PILETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. 7. ed. São Paulo, Ática, 1997. 183p.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 2ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1979.

POZZOBON, Maria Elizete; BUSATO, Maria Assunta. **Extensão universitária: reflexão e ação**. Chapecó, Argos Editora Universitária, 2009. 173p.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984**. Londrina, Editora UEL, 2001.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 20. ed. Campinas: Autores Associados, 2007. 213 p.

ROCHA, Roberto Mauro Gurgel; GURGEL, H. A construção do conceito de extensão universitária na América Latina. **Construção Conceitual da Extensão na América Latina**. Brasília: UNB, p. 35-53, 2001.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. A educação e o Desenvolvimento Brasileiro após 1930. **História da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, v. 20, p. 47-125, 1998.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade: nove séculos de história**. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. 264 p.

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. [2011?]. 2013.

---

SILVA, Franklin Leopoldo. Universidade: a ideia e a história. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 56, p. 191-202, 2006.

SIMÕES, Mara Leite. O surgimento das universidades no mundo e sua importância para o contexto da formação docente. **Revista Temas em Educação**, v. 22, n. 2, p. 136-152, 2013.

UNESC (Criciúma). **Edital nº 05/2013 UNACSA**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/resources/documentosoficiais/9821.pdf?1394837651>>. Acesso em: 5 jul. 2015.

UNESC (Criciúma). **FORMAÇÃO EM PESQUISA E EXTENSÃO**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/472>>. Acesso em: 7 jul. 2015

UNESC (Criciúma). **Museu da Infância**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/144/8044/>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

UNESC (Criciúma). **Núcleo de Empreendedorismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/473>>. Acesso em: 6 jul. 2015.

UNESC (Criciúma). **Sobre de Arte e Cultura**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/114/3496/>>. Acesso em: 10 jul. 2015

UNESC (Criciúma). **UNACET**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/234/5121/>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

UNESC (Criciúma). **UNACSA**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/237/5120/>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

UNESC (Criciúma). **UNAHCE**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/235/5119/>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

UNESC (Criciúma). **UNASAU**. 2015. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/236/5118/>>. Acesso em: 9 jul. 2015.

UNESC **Conselho Universitário: Políticas de Extensão da UNESC**. 2008. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/resources/documentosoficiais/1782.pdf?1225764000>>. Acesso em: 05 ago. 2014.

UNESC **MISSÃO INSTITUCIONAL**. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/91/5084/>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária: o que é, como se faz**. São Paulo, Edições Loyola, 2004. 101p.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. 5. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. 83p.